

Verena Glass



## A Nação Munduruku e seus horizontes de vida

*Novas perspectivas a partir do protagonismo feminino*

ANA LAÍDE BARBOSA\*  
DION MONTEIRO\*  
LUIZ CLÁUDIO TEIXEIRA\*  
VERENA GLASS\*

*Este texto resulta do trabalho de formação "Territorialidade e gênero na resistência contra grandes projetos na Mundurukânia", organizado pelos movimentos Munduruku Ipereg Ayu e Xingu Vivo para Sempre com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo, e realizado entre os meses de abril e julho de 2016 com mulheres munduruku do alto Tapajós. A atividade foi um instrumento auxiliar no mapeamento e diagnóstico dos desafios advindos do modelo predatório de desenvolvimento na região oeste do estado do Pará, que inclui de grandes hidrelétricas e outras obras infraestruturais à expansão do agronegócio e de atividades madeireiras e garimpeiras ilegais. Foi também um momento de encontro entre as mulheres munduruku e de reflexão sobre seus protagonismos na luta e na construção da vida que sonham para a Mundurukânia.*



## 1. A NAÇÃO MUNDURUKU

“A Nação Munduruku no Pará é numerosa, somos aproximadamente 13.000 homens e mulheres. Nos tempos passados nós, Munduruku, éramos temidos. Dominávamos a arte da guerra e tínhamos muitas estratégias. Nossos troféus eram as cabeças de nossos inimigos. Dificilmente perdíamos um guerreiro na batalha. Atacávamos de surpresa e em grande quantidade, assim vencíamos os nossos rivais.

Hoje os dias são outros; há muito tempo que não precisamos fazer uma expedição de guerra, mas, se for necessário, o rastro do tempo aponta o caminho do futuro: somos a Nação Munduruku, os cortadores de cabeça.

Nós falamos agora pelo nosso povo, pelas crianças e pelos animais. As estrelas no céu nos contam nossas histórias passadas, nos guiando no presente e indicando o futuro. Esse é o território de Karosakaybu, onde sempre vivemos. Somos a natureza, os peixes, a mãe dos peixes, a mangueira, o açazeiro, o buriti-zeiro, a caça, o beija-flor, o macaco e todos os outros seres dos rios e da floresta.

Ainda vivemos felizes em nosso território, a correnteza dos rios nos leva para todos os lugares que queremos, nossas crianças podem nadar quando o sol está muito quente, os peixes podem brincar e ainda se multiplicam com fartura, mas fomos obrigados a aprender duas novas palavras da língua dos *pariwat* [os brancos], palavras que nem existem na nossa língua: preocupação e barragem.”

*Trecho do documento final da Assembleia Geral da Nação Munduruku, abril de 2016*

Maurício Torres



Resistência munduruku é inspiração de luta no país

A Nação Munduruku e seus horizontes de vida, por Ana Laíde Barbosa, Dion Monteiro, Luiz Cláudio Teixeira e Verena Glass



Os indígenas munduruku habitam uma vasta área na bacia do rio Tapajós, no oeste paraense. São cerca de 130 aldeias espalhadas ao longo do alto, médio e baixo Tapajós (da fronteira entre o Mato Grosso e o Pará ao território que se estende entre os municípios paraenses de Jacareacanga e Santarém), região que tem se transformado, nos últimos 10 anos, no epicentro das demandas de investimentos para o setor primário-exportador na Amazônia Legal.

De acordo com registros históricos, o primeiro contato dos Munduruku com os colonizadores — os *pariwat*, não-índios — ocorreu no final do século XVIII, período em que o grupo estabeleceu seu principal território, a Mundurukânia, às margens do Tapajós.<sup>1</sup> De índole guerreira — ficaram conhecidos como os índios cortadores de cabeça, pela sua prática de, nos processos de guerra, cortarem e mumificarem as cabeças dos inimigos —, os Munduruku desenvolveram um forte sentimento de pertencimento e coesão tanto como nação quanto como território (ao qual estão ligados por profundos laços culturais e espirituais), o que fez com que passassem a ser percebidos no

Brasil como uma das principais forças contenciosas à expansão dos grandes projetos infraestruturais na região, em especial os projetos hidrelétricos no Tapajós.

O espírito guerreiro, definidor do povo munduruku, historicamente tem consolidado o protagonismo masculino nos processos políticos, tanto nas contendas territoriais do passado quanto nos enfrentamentos atuais com interesses contrários — o Estado brasileiro, o capital agrário e minerário, madeireiros e garimpeiros ilegais e invasores, etc. A intensidade dos ataques ao seu território e a seus direitos constitucionais, no entanto, tem desencadeado no grupo uma nova demanda: para além das resistências, é preciso pensar um projeto de vida munduruku que, ao mesmo tempo que resgate os valores ancestrais, possa apontar para novas formas de entendimento e relação com o mundo.

É nesta perspectiva, bem como no contato mais intenso com o mundo exterior e com os desafios de proteger e cuidar de seu povo, que as mulheres Munduruku passaram, nos últimos anos, a reivindicar uma nova participação na organização social de sua comunidade. O surgimento de uma liderança feminina da Nação Munduruku — a jovem Maria Leusa, coordenadora do

<sup>1</sup> Povo Munduruku, Instituto Socioambiental: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/munduruku>

Movimento Munduruku Ipereg Ayu, principal organização de resistência contra as hidrelétricas no Tapajós —, tem sido um catalizador deste processo que, como discutido a seguir, tem impulsionado um novo

fazer e pensar político no grupo, profundamente impregnado dos valores culturais, espirituais e de cuidado cultivados pelas mulheres munduruku.

## 2. ASPECTOS CONJUNTURAIS

A conjuntura na qual estão inseridas as mulheres — e o povo munduruku em geral — não é muito diferente da situação de outros povos originários e tradicionais no Brasil: precariedade absoluta nos setores de educação e saúde, despreparo dos profissionais destas áreas que os atendem, desrespeito ou desregulamentação da legislação indígena, e ataques diretos aos direitos territoriais.

A principal ameaça ao território munduruku, e que desencadeou, ainda em 2012, um forte processo de organização e resistência do grupo, foi o projeto do complexo hidrelétrico na bacia do Tapajós. Naquele ano, o governo deu início à intervenção sobre a região com a desafetação (diminuição) de várias Unidades de Conservação para possibilitar a implantação de cinco usinas, e iniciou os processos de pesquisa para a elaboração do estudo de impacto ambiental, extremamente deficitário e incongruente após a finalização.

Para além do aproveitamento hidrelétrico, no entanto, a região também é considerada pelo governo como de alta prioridade no planejamento infraestrutural hidroviário e portuário, com vistas à facilitação do escoamento de *commodities* agrícolas e minérios do Centro-Oeste e Norte do país. A construção de uma hidrovía na bacia Tapajós–Teles Pires e de quatro eclusas no Tapajós e seis no Teles Pires, além de terminais portuários em Santarém e em Miritituba (distrito de Itaituba), no Pará, fazem parte do chamado Projeto Eixo Norte, que inclui novas estruturas portuárias também nos estados do Amazonas, Maranhão e Bahia.

Este panorama, aliado a uma acorrida de grandes mineradoras à região com o propósito de prospectar possibilidades de exploração de diversos minérios, à proliferação de pequenos e médios garimpos dentro e fora do território indígena, ao assédio de grandes e médias empresas madeireiras

sobre as florestas do território munduruku e das Unidades de Conservação, e à atuação de palmeiros ilegais, além de grandes investimentos de traders de grãos, potencializou, no interior da Mundurukânia, um processo crescente de lutas e resistências. Por outro lado, esta situação também criou um caldo de conflitos entre “empreendedores” de todos os tipos e as comunidades tradicionais, reforçados por uma inanição quase que absoluta dos órgãos públicos competentes nas diversas áreas.

Caso emblemático desta situação ocorreu em 2014, quando, após diversas gestões junto à Funai e ao Ibama para que fosse providenciada a retirada de garimpeiros ilegais do território munduruku, diante da inoperância dos órgãos os indígenas organizaram uma expedição de guerra que resultou na apreensão de vários garimpeiros e em sua expulsão da terra indígena, com forte reação do poder local.<sup>2</sup>

Entre os diversos problemas que a atividade garimpeira tem causado nos territórios indígenas, destacam-se a contaminação dos rios a partir dos produtos químicos utilizados no processo de tratamento do material coletado; alteração nas matas ciliares, cabeceiras e leitos dos rios; lixo jogado nas margens e no próprio rio; contaminação e morte dos peixes pela poluição da água; e impossibilidade do desenvolvimento da atividade pesqueira na região, além do comprometimento da saúde da população local.

O principal vetor de conflitos, no entanto, têm sido os projetos hidrelétricos. Após conhecerem Belo Monte e verificarem os graves impactos da obra sobre as

<sup>2</sup> Esta ação causou forte reação por parte de “donos de garimpo”, aliados ao prefeito de Jacareacanga (cidade então administrada pelo Partido dos Trabalhadores). Com garimpeiros e empresários locais, membros da administração pública da cidade realizaram uma manifestação contra os indígenas que resultou em ataque físico a algumas lideranças.



Lunaé Parracho



Ação de expulsão dos garimpeiros do território

populações do médio Xingu em 2012, os Munduruku passaram a cobrar do governo o cumprimento da Oitiva Indígena constitucional e da Convenção 169 da OIT (que garantem aos povos tradicionais o direito à consulta em casos de obras que afetem seus territórios), bem como a demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu, na região de Itaituba, médio Tapajós, em processo de reconhecimento pela Funai desde 2003.

Com a recusa do governo em atender essas demandas, os Munduruku iniciaram dois processos distintos: em relação à Consulta, organizaram um amplo processo de formação que culminou na elaboração de um protocolo<sup>3</sup> entregue à Secretaria Especial da Presidência em 2015, onde especificaram os tempos e os métodos da oitiva. Este documento nunca foi considerado pelo governo, apesar de decisão do

Superior Tribunal de Justiça que obriga o governo a realizar as oitivas.

Já em relação à demarcação da TI Sawré Muybu, interdita, segundo a presidência da Funai, por diversos setores do governo interessados na implementação da hidrelétrica — que, se construída, alagará parte deste território, o que é vetado pela Constituição —, em 2015 os Munduruku do alto e do médio Tapajós iniciaram um processo de autodemarcação, que culminou no estabelecimento autônomo dos limites da área e reafirmou o pertencimento mútuo entre o povo munduruku e seu território. “As leis do Estado brasileiro têm que respeitar o modo de vida do povo Munduruku, a nossa cultura, pois o nosso corpo está ligado com o lugar onde vivemos, com o rio, a floresta, os animais e a Mãe-terra”, explicam as mulheres munduruku.

No processo da autodemarcação de Sawré Muybu, território onde se encontram alguns dos locais sagrados do povo

<sup>3</sup> Protocolo de Consulta Munduruku: <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/01/munduruku-final-2.pdf>



munduruku, a dimensão da espiritualidade como parte dos processos de luta voltou a assumir um papel de destaque e de enfrentamento com o poder público. Fortalecido pelo debate fomentado pelas mulheres

no interior do grupo indígena, este aspecto também recolocou o papel dos sábios e pajés na centralidade da organização munduruku e dos posicionamentos públicos de suas assembleias gerais.

“O território munduruku, da árvore mais alta à raiz mais profunda, está ameaçado e nós, o povo que recebeu do Karosakaybu esta terra, queremos denunciar as ameaças que estamos sofrendo. Em 2013 várias urnas deixadas por nossos antigos foram roubadas. A cachoeira de Sete Quedas “PARI BIXEXE” (lugar onde os mortos vão depois da morte), local sagrado do nosso povo, foi destruído. Queremos que os *pariwat* saibam que nossos locais sagrados são tão importantes quanto suas cidades santas ou seus templos que alcançam os céus. Nossos locais sagrados não representam o triunfo da riqueza. Nossos lugares sagrados nos apontam o caminho do Bem Viver.”

*Trecho do documento final da XI Assembleia do Povo Munduruku do Médio Tapajós, setembro de 2015*

Maurício Torres



Conexão com a terra e com o território pauta luta de resistência

A Nação Munduruku e seus horizontes de vida, por Ana Laíde Barbosa, Dion Monteiro, Luiz Cláudio Teixeira e Verena Glass



## SUSPENSÃO DO LICENCIAMENTO DA HIDRELÉTRICA DE SÃO LUIZ DO TAPAJÓS

*Como resultado da mobilização dos Munduruku nos anos de 2015 e 2016 contra o projeto da usina de São Luiz do Tapajós, aliada a processos do Ministério Público Federal e a campanhas de organizações parceiras, em 4 de agosto de 2016 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) arquivou o processo de licenciamento ambiental da hidrelétrica, atendendo requerimento do MPF e seguindo pareceres da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do próprio Ibama.*

*“O projeto da UHE São Luiz do Tapajós não apresenta maturidade suficiente para ser submetido ao crivo do licenciamento ambiental, tanto no que se refere à inserção da variável ambiental em sua concepção quanto no que se refere aos conflitos sobre o direito de uso da área pretendida, o que tem gerado considerável apreensão”, apontou a diretora de Licenciamento Ambiental no documento que embasou o arquivamento.*

Os desafios de organização da Nação Munduruku em suas 130 aldeias, com lideranças distintas, dificuldades de comunicação em função das grandes distâncias, e múltiplos assédios de múltiplas organizações, instituições e atores, proporcionaram ao grupo um amadurecimento político fenomenal nos últimos anos. Os Munduruku

rapidamente ganharam projeção nacional e se tornaram referência para organizações rurais e urbanas em todo o país, o que surtiu vários processos de reorganização interna, inclusive no que tange ao papel de homens e mulheres, projetos de futuro e o plano de vida da Nação Munduruku.

### 3. AS MULHERES MUNDURUKU, AS REDES DE CUIDADO E OS NOVOS PROTAGONISMOS

Como na maioria dos grupos indígenas, historicamente o papel das mulheres munduruku na divisão social e do trabalho foi o cuidado da casa e dos filhos. Para além desta tarefa básica, também lhes coube, tradicionalmente, a tarefa de cuidar da roça, de pequenos animais e da saúde dos componentes do núcleo familiar.

No entanto, com as diversas crises econômicas e sociais do último período no país, estas funções foram se diluindo e as mulheres tiveram que tomar a frente das estruturas familiares e da comunidade em vários momentos. Este protagonismo, no entanto,

não é apenas conjuntural, mas tem se fortalecido também a partir de outros debates. A luta em defesa dos territórios promoveu o contato com outras formas de organização e de participação política de diversos movimentos sociais, indígenas e de mulheres, cujas discussões e posicionamentos foram incorporados pelas lideranças femininas Munduruku. Ter voz, vez e autonomia política nas reuniões, encontros, assembleias e outros momentos passou a ser uma demanda presente e legítima deste grupo.

Esse novo momento foi se consolidando, também, a partir da

necessidade de fortalecer a luta contra o modelo econômico do governo federal em parceria com o capital primário-exportador, caracterizado por um neoextrativismo predador e um neocolonialismo interno fortemente violador de direitos, bases estruturantes do neodesenvolvimentismo do governo federal implementado a partir de 2003.

Ao assumirem esse protagonismo, as mulheres munduruku trouxeram novos elementos para a reflexão sobre a prática política da defesa do território e a construção de outras relações socioambientais. Um dos aspectos centrais desta contribuição é a concepção do cuidado, que, em seu entender, deve-se estender à Mãe-terra da mesma forma como são cuidados suas casas e seus filhos. “Quando estamos com bebê na barriga, precisamos ter muito cuidado. Quando a criança nasce, precisamos ter mais cuidado, e também temos mais trabalho. É assim que

precisamos defender nosso território, como se fosse nossos filhos: com muito cuidado”, definiram as mulheres.

Para as Munduruku, seu fortalecimento se dá com esta potencialização do cuidado com a Mãe-terra — a “nossa casa” —, mas passa também pela valorização da pintura corporal, das vestimentas tradicionais, do artesanato, dos cantos e brincadeiras, da preparação de remédios tradicionais, enfim, por uma lógica que privilegia valores e compreensões estranhos ao modo de produção dominante, e completamente opostos à lógica do consumo e do produtivismo.

Do ponto de vista político, um novo fenômeno na organização hierárquica da sociedade munduruku é o surgimento das “cacicas”, mulheres que são reconhecidas por sua capacidade de liderar e mediar os interesses das aldeias, e cuja função

Verena Glass



Maria Leusa Munduruku coordena o movimento Ipereg Ayu



Verena Glass



Crianças na assembleia de mulheres –aposta na participação comunitária

é a defesa dos direitos da comunidade e de seu território. Ainda, para além do papel de “cacica”, mulheres munduruku também passaram a exercer a função de guerreiras na estrutura organizacional de seu povo. Aqui, é importante ressaltar que o protagonismo feminino passou a ter especial destaque a partir do surgimento, em 2012, da liderança política de Maria Leusa Cosme Kaba Munduruku, uma das principais articuladoras e coordenadoras do Movimento Munduruku Iperég Ayu. À frente do trabalho de

organização das aldeias do alto e do médio Tapajós e dos processos de resistência contra a construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós — suspensa em meados de 2016 —, Maria Leusa passou a ser considerada na Nação Munduruku uma das principais referências na construção das estratégias de luta e organização política, protagonismo que lhe rendeu tanto ameaças na região como reconhecimento nacional e internacional.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o destaque político das mulheres





Mulher com criança na roça – a rede de cuidados

tem sido determinante na reorganização política do grupo munduruku, passou a representar também mais uma responsabilidade que se soma às várias outras tarefas que, histórica e tradicionalmente, elas assumem. A necessidade de viajar para reuniões ou mobilizações por vezes se confronta com a necessidade de deixar filhos com avós e parentes ou abandonar a lida nas roças, bem como desafia a organização e participação daquelas que vivem em aldeias mais distantes e que pouco acesso têm às

informações e aos debates que ocorrem no coletivo da Mundurukânia.

Assim, assumir as várias funções que lhes são outorgadas, todas ao mesmo tempo, só é possível se compreendidas lastreadas em outra ótica de mundo, espaço onde a vida não é individualizada ou compartimentada, mas se configura por um processo heterogeneamente unificado. Por isso o tempo de pegar o jenipapo para fazer a pintura do corpo é o mesmo tempo da discussão sobre organização



#### 4. AS MULHERES E O PLANO DE VIDA DO POVO MUNDURUKU

Um dos aspectos mais caros às mulheres munduruku, na construção de seus horizontes de Bem Viver, é a educação dos filhos. Antigamente, explicam, a primeira parte da educação, até aproximadamente os oito anos de idade, era responsabilidade dos pais da criança, com a participação dos avós. Este processo educativo era tradicionalmente realizado na própria casa, com conselhos sobre a vida, ensinamentos em relação à caça e à pesca, valorização do respeito aos mais velhos, aos animais e às plantas. As crianças aprendiam a pescar utilizando o timbó (cipó que contém uma toxina capaz de impedir a respiração dos peixes); a usar o puçá; a conhecer o local onde a pesca é melhor; aprendiam a fazer a roça; conhecer as plantas; o melhor tipo de terra, etc.

Com a chegada do Bolsa Família nas aldeias, no entanto, para que as mães possam acessar estes recursos as crianças passaram a ser obrigadas a frequentar a escola já a partir dos três anos, o que desconstruiu todo um modo de vida. “Hoje a educação é muito diferente, quase não existindo a cultura munduruku nas escolas. Falaram que os alunos não podem sair para aprender com as mães e os pais. Na educação infantil e no ensino fundamental, o conteúdo é todo dos *pariwat*”, reclamam.

As mulheres munduruku chamam esta forma de educação de “escola fechada”, justamente por não haver um processo de interação entre o conhecimento científico, das letras e dos números, e o saber tradicional. Ao lamentarem que os alunos não podem sair para aprender com a mãe e com o pai, denunciam também que o projeto pedagógico da “escola fechada” fragiliza a possibilidade da formação de crianças indígenas em um projeto diferenciado da “educação para o mercado” e para as relações capitalistas, tanto as liberais quanto as desenvolvimentistas. Ou seja, explicam, quando a criança indígena tem sua formação cultural e política sustentada no saber ancestral, tem muito mais possibilidade de diferenciar o modo de vida tradicional indígena do modo de vida pautado nas relações sociais e de produção capitalistas. Segundo elas, a inserção dos avanços que

social do povo, de fazer brincadeiras e de cantar, um tempo diferenciado do tempo do “branco”, tempo do relógio. Para elas, o tempo do índio é o tempo do amadurecimento do próprio jenipapo, da chegada da cutia para comer os frutos que caem das árvores, ou o tempo que o peixe precisa para morder a isca que está no anzol. Esse é o tempo das mulheres Munduruku e de sua construção como novas protagonistas do Bem Viver, o rastro do tempo da vida que desejam.

foram se dando no campo do conhecimento científico não apagam os saberes que aprofundam o respeito ao rio, à floresta, aos peixes, à Mãe-dos-peixes, ao jabuti, à cobra-grande, matintaperera, enfim, aquilo que definirá um caminho que, de fato, possibilite a continuidade da vida na Mãe-terra, gerações após gerações.

Para as mulheres munduruku, o *Plano de Vida* de seu povo deve seguir um caminho: misturar a terra com frutos, folhas, galhos e sabedoria ancestral, umedecê-la com o próprio suor, aquecê-la com as mãos dos seus filhos, resfriá-la com águas emergidas de várias fontes, deixá-la repousar ao som do canto dos pássaros, afagá-la, para gerar novos frutos.

A construção do plano de vida surge a partir do esgotamento dos argumentos comprovatórios da vida longa do povo munduruku às margens do rio Tapajós — um espaço de tempo de aproximadamente cinco mil anos. A urgência de pensar novos horizontes nasce justamente no momento mais acirrado do conflito com o governo pela posse de parte do seu território.

Em diversos documentos elaborados durante o processo de formação em 2016, as mulheres munduruku apontam alguns dos elementos fundamentais da proposta desse projeto:

- a) *A Terra como garantia de vida das futuras gerações.*
- b) *A Terra Mãe, que sempre dá seu fruto para seus filhos: “terra preta, fértil, preparada por Karo Ebak pra nós cultivarmos nosso alimento.”*
- c) *A Terra Vida: “a vida do Munduruku é a terra, somos ligados à mãe natureza, mãe do rio e dos animais.”*
- d) *Terra Irmã: “ela cuida, nos mantém.”*

e) *Terra Território Sagrado: “o rio é o espírito dos sábios, é o sangue que corre em nossas veias.”*

É a partir da terra que vão se construindo os novos caminhos para pensar a saúde, a educação e o trabalho produtivo na agricultura. É também a terra a base dos aspectos sociais, econômicos, ecológicos, culturais e sagrados do plano de vida, fortalecendo os laços entre o próprio povo, e dos Munduruku com outros seres, sua ancestralidade, os ritos e o simbolismo de suas histórias e vidas. Nesse sentido, cultivar a terra a partir da agroecologia, produzir alimento saudável, recuperar suas sementes tradicionais e fazer manejo nas matas passa a ser um dos primeiros passos do Plano de Vida Munduruku. É o que foi decidido na primeira Assembleia Geral do Povo Munduruku, realizada no mês de abril de 2016, e o que vem sendo debatido, refletido e aprimorado pelas mulheres da Mundurukânia.

---

**\*Ana Laíde Barbosa**

Componente do Movimento Xingu Vivo, discente do curso de Etnodesenvolvimento na UFPA.

---

**\*Dion Monteiro**

Coordenador Executivo do IAMAS, componente do Movimento Xingu Vivo e do Fórum Social Pan-Amazônico, mestre em Planejamento do Desenvolvimento – NAEA/UFPA.

---

**\*Luiz Cláudio Teixeira**

Historiador, componente do Movimento Xingu Vivo.

---

**\*Verena Glass**

Jornalista, coordenadora de projetos da Fundação Rosa Luxemburgo.

---

## PONTO DE DEBATE

### Fundação Rosa Luxemburgo

Número 9, dezembro de 2016

ISSN 2447-3553

Ponto de Debate é uma publicação editada pela Fundação Rosa Luxemburgo com o apoio de fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica da Alemanha (BMZ). Abre espaço para o debate de temas sob a diretriz Bem Viver no Brasil e no Cone Sul: direitos humanos e da natureza na perspectiva de transformação, justiça social e justiça ambiental.

Todos os artigos são de responsabilidade exclusiva das pessoas que os assinam, não refletindo, necessariamente, a opinião da FRL.

Esta obra possui a licença Creative Commons 3.0 BY-NC-ND (Atribuição – Uso não comercial – Não a obras derivadas).



**Diretor:** Gerhard Dilger  
**Coordenação editorial:** Verena Glass  
**Projeto gráfico:** Fabiano Battaglia  
**Revisão:** Hugo Maciel  
**Tiragem:** 500 exemplares

Rua Ferreira de Araújo, 36  
 CEP 05428-000 São Paulo (SP) Brasil  
 rosalexspba.org

**FUNDAÇÃO  
 ROSA  
 LUXEMBURGO**